Ata da Sessão Extraordinária do dia 20 de Dezembro de 2016.

Às 17h20min do dia 20 de Dezembro de 2016, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Extraordinária os vereadores: Adriano da Farmácia, Ayrton Zorzi, Braz Andrade, Dr. Paulo, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty, Ney Borracheiro e Wilson Tadeu Lopes. Após a chamada ficou constatada a ausência do Ver. Rafael Huhn. Aberta a Sessão, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias constantes da pauta de convocação e do expediente. Após a leitura, passou-se à votação das matérias constantes da **Ordem do Dia**. **Ata da Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2016**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a ata foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 13 (treze) votos. Às 17h27min chegou ao Plenário o Ver. Rafael Huhn. **Projeto de Lei nº 7266/2016 dispõe sobre denominação de logradouro público: Rua Ana Francisca de Souza (\*1980 +1973)**. O Presidente Maurício Tutty informou que o projeto havia sido arquivado a pedido do autor. **Projeto de Lei nº 7228/2016 dispõe sobre a proibição da concessão de alvará e ou licença, tráfego de veículos em vias públicas de competência municipal, outorga e uso de águas de superfície de competência municipal, e uso e queima de gases na atmosfera de competência municipal com as finalidades de exploração e/ou explotação dos gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shale gás, tight oil e outros) pelos métodos de fratura hidráulica – “fracking” e refraturamento hidráulico – “refracking”, e dá outras providências no município de Pouso Alegre**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7261/2016 define ações de combate ao mosquito aedes aegypti nos cemitérios do município de Pouso Alegre disciplinando a colocação de vasos e recipientes para ornamentação de sepulturas**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 797/2016 dispõe sobre a regulamentação da atividade de transporte remunerado de passageiros e transporte remunerado de mercadorias por motocicletas (mototáxi e moto-entrega) no município de Pouso Alegre, em conformidade da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo rejeitado por 8 (oito) votos a 6 (seis). Votos contrários dos vereadores Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Dr. Paulo, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira e Wilson Tadeu Lopes. **Projeto de Lei nº 826/2016 descaracteriza área verde no Loteamento Recanto dos Fernandes e autoriza o Chefe do Poder Executivo a formalizar escritura de permuta de áreas com o Condomínio Residencial Green Ville**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos a 1 (um). Voto contrário do vereador Hélio Carlos. O Presidente Maurício Tutty não votou. **Projeto de Lei nº 7202/2016 institui sanções aos proprietários de imóveis e terrenos baldios que possibilitem a proliferação do mosquito *aedes aegypti* no município e dá outras providências**. O Ver. Flávio Alexandre comentou que sempre cobrou o trabalho a ser realizado pelo Poder Executivo. Destacou o trabalho do Ver. Hélio Carlos. Disse que no próximo ano cobrarão a fiscalização. Falou que votará favoravelmente. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Hélio Carlos agradeceu as palavras do Ver. Flávio Alexandre. Comentou que os vereadores são cobrados pelos terrenos baldios. Afirmou que isso acontece em razão da exploração imobiliária. Falou que os fiscais possuem planos de gratificação para exercer suas atividades. **Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 7210/2016 autoriza o Poder Executivo a implantar o programa censo inclusão do autista, para análise do quantitativo e da identificação do perfil socioeconômico das pessoas com transtorno do espectro autista do município de Pouso Alegre-MG e dá outras providências**. O Ver. Rafael Huhn falou que foi realizada uma alteração no texto do projeto. Disse que a modificação foi fundamental para a tramitação. Destacou a tramitação do projeto na cidade de São Gonçalo-RJ. Afirmou que em Pouso Alegre o projeto tramita como autorização ao Poder Executivo para a aplicação do programa. Falou sobre o desenvolvimento do autismo. Destacou que a cidade não está preparada para atender a alta demanda. Disse que o censo será uma oportunidade para verificar os dados do autismo no município, para o tratamento adequado. Comentou que a rede pública de educação é a mais preparada para cuidar das crianças com autismo no município. Citou que é uma oportunidade para o próximo governo implantar o novo censo. O Ver. Dr. Paulo disse que o grande problema identificado é falta de informação das famílias, por desconhecimento dos fatos. Destacou que a identificação do ponto de vista qualitativo é importante para o município. Falou que a família preocupa-se com o tratamento e esquece da evolução educacional da criança. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7260/2016 dispõe sobre a comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua Food Bike, em todo o município de Pouso Alegre e dá outras providências**. O Ver. Maurício Tutty disse que há ofício de solicitação de retirada do projeto da pauta encaminhado pelo autor. Citou ainda os ofícios de entidades do município solicitando o melhor debate do assunto. Retirou o projeto da pauta da Ordem do Dia. Após, o Ver. Maurício Tutty informou que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação havia exarado parecer contrário ao Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 729/2016. Afirmou que, primeiramente, o parecer deveria ser votado. O **Parecer Contrário ao Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 729/2016, exarado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação,** foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 729/2015 altera o parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 3.868/2001, que instituiu a Unidade de Valor Fiscal do município de Pouso Alegre** foi arquivado, em razão da aprovação do Parecer Contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, nos termos do § 2º do art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Em seguida, o Ver. Maurício Tutty informou que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação havia exarado parecer contrário ao Projeto de Lei nº 729/2016. Afirmou que, primeiramente, o parecer deveria ser votado. O **Parecer Contrário ao Projeto de Lei nº 729/2016 exarado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação,** foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 729/2015 altera o parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 3.868/2001, que instituiu a Unidade de Valor Fiscal do município de Pouso Alegre** foi arquivado, em razão da aprovação do Parecer Contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, nos termos do § 2º do art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre. **Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 783/2016 autoriza o leilão do imóvel situado no Loteamento Jardim Califórnia, mediante concorrência pública e dá outras providências**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos a 2 (dois). Votos contrários dos vereadores Gilberto Barreiro e Hélio Carlos. **Projeto de Decreto Legislativo nº 142/2016 aprova as contas da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, relativas ao exercício de 2014, referente ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas – Processo nº 965.961**. O Ver. Ayrton Zorzi solicitou a leitura da conclusão do Parecer Prévio do Tribunal de Contas. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Ney Borracheiro não votou. E, nada mais havendo a tratar, a presente sessão é encerrada às 18h02min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora, e por mim.

Sala das Sessões em 20 de Dezembro de 2016.

Maurício Tutty Gilberto Barreiro

Presidente da Mesa 1º Secretário